

Diálogo Marítimo para África no seu todo

Crime de pescas e segurança marítima: o caso do esforço cooperativo na aplicação da lei em África

Emma Witbooi

(PescaDOLUS, Associada de Investigação NMU)

Windhoek, 13 de Maio de 2019

Diálogo Marítimo para África no seu todo

1. Em que medida se encontra integrada a aplicação da lei relativa aos crimes de pesca com a aplicação da lei marítima em África?
2. Porque é que o crime de pescas deveria ser visto como uma preocupação das forças de aplicação da lei e não como uma questão de gestão das pescas?
3. Qual é a extensão do crime das pescas em África e porque é importante?
4. Qual o impacto que o crime de pescas tem sobre as economias nacionais, segurança da alimentação, etc.?
5. Que impacto tem a alteração climática sobre as pescas e os crimes relacionados com as pescas?
6. Que lacunas na aplicação da lei relativamente ao crime das pescas estão a ser exploradas pelos criminosos?
7. O que deveria preocupar mais os profissionais do sector marítimo africanos no que se refere ao crime de pescas no próximo ano?

Diálogo Marítimo para África no seu todo

O que é o crime das pescas?

- Sector das pescas vulnerável ao crime organizado
- Prova de: tráfico humano, contrabando de narcóticos, corrupção, fraude de documentos, crime económico e pesca ilegal em larga escala
- ONU: ligação entre pesca ilegal e o TOC (Centro de Operações de Tráfico) no mar
- “Indicador de risco” de pesca ilegal do crime de pescas
- Declaração Ministerial Internacional (2018)

CADEIA DE VALOR - DO ANZOL PARA O PRATO

Uma abordagem geral do governo ao crime das “pescas”



Diálogo Marítimo para África no seu todo

1. Em que medida se encontra integrada a aplicação da lei relativa aos crimes de pesca com a aplicação da lei marítima em África?

- 1) Em que medida se encontra integrada num quadro jurídico potenciador?
- 2) Em que medida está integrado a nível operacional?

Diálogo Marítimo para África no seu todo

- **África Ocidental:**
 - Declaração de laundé e Código de Conduta de 2013: “outra actividade marítima ilícita na zona”
 - Rede integrada da Guarda Costeira: actos ilícitos nos espaços marítimos
 - Deslocação: acordos de pescas (conformidade): 8 RFB (Organizações Regionais de Gestão da Pesca) (consultivas)
- **Costa oriental**
 - Código de Conduta de Djibouti e alteração de 2017: TOC (Centro de Operações de Tráfego) no domínio marítimo e actividades ilegais no mar
 - SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral): Estratégia de Segurança Marítima de 2011
 - Deslocação das pescas: Protocolo sobre as Pescas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e MCSCC (Centro de Controlo, Monitorização e Fiscalização (Moçambique); Programa Smartfish (IOC (Comissão do Oceano Índico)); Fish-i-Africa
- **Norte de África**
 - Foco na segurança marítima: contrabando de migrantes (com o reforço da fronteira da UE)
 - Deslocação das pescas /ambiente marinho: RFB (Organizações Regionais de Gestão da Pesca), Memorando de Entendimento relativo ao controlo estadual do porto; Declaração da Economia Azul de 2015

Diálogo Marítimo para África no seu todo

- Nacional: Task force multi-agência (MATT) Tanzânia
- Redes: rede de procuradores relativa a crimes de pesca e rede de informação

Diálogo Marítimo para África no seu todo

2. Porque é que os crimes de pesca devem ser vistos como uma preocupação das forças de aplicação da lei?

- Os crimes relacionados com as pescas (CP) são crimes “graves”
- Crime acessório: pesca ilegal, crime?
- Pesca ilegal = “indicador de risco” do CP e ponto de entrada para outro CP
- Os inspectores de pescas não têm mandato para aplicação da lei criminal, mas sim para estarem alertas para suspeitas de CP
- Os mandatos dos agentes de aplicação da lei, não são “apenas” uma questão relacionada com as pescas
- Cooperação e partilha de informação
- Desbloqueia a lei criminal (penas; crime organizado) e ferramentas do processo criminal (MLA, crime de resultado com a “recuperação dos activos”)

Diálogo Marítimo para África no seu todo

3. Extensão do crime de pescas no continente africano?

- Impacto não abrangente do crime de pescas ou os dados de avaliação
- Uma estimativa apenas da pesca ilegal (2009): África Ocidental US\$ 1,3 mil milhões anualmente
- Implicações?
 - Se for atribuído um número = os líderes ficarão motivados para abordar o assunto
 - Crime económico (a receita devida aos estados é roubada; desviada para a “economia paralela”)
 - Prevenção e aplicação da lei: atribuição de recursos (por ex. reforma da lei, competências e criação de capacidade, equipamento)

Diálogo Marítimo para África no seu todo

4. Impactos negativos do crime das pescas?

- UNSDG (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU): 1, 8, 10, 14, 16
- Impede a actividade da Economia Azul
- Impactos negativos na:
 - indústria legítima: concorrência desleal, redução dos recursos, danos à reputação
 - estados costeiros: perda de receitas, mina o Estado de Direito
 - populações costeiras: perda de meios de subsistência, segurança alimentar
 - ambiente marinho: poluição, perda de biodiversidade, sobreutilização (avaliação exacta das reservas)
- Áreas afectadas: impede e viola direitos humanos básicos

Diálogo Marítimo para África no seu todo

5. Impacto das alterações climáticas sobre as pescas e o crime das pescas?

- As pescas são afectadas pelo impacto ambiental
 - Aquecimento do mar, acidificação do oceano: ecossistemas dos recifes de coral, leitos de sargaço, mangues (habitats essenciais para os peixes costeiros e para a defesa natural)
 - Tempestades súbitas: danos às infra-estruturas e equipamento das pescas ; impossibilidade de ir para o mar; comunidades costeiras
 - Subida do nível do mar: recuo da praia (infra-estruturas; comunidades costeiras)
 - Migração urbana (quebra das tradições da pesca; comunidades; recursos)
 - Alteração da temperatura: tem impacto sobre o movimento das colónias, zonas de pesca (pode levar à concorrência e conflito particularmente no que se refere às espécies de valor elevado)
- Crime de pescas?
 - Concorrência acrescida relativamente a determinadas colónias (lucro: contornar as regras)
 - Pesca como meio de subsistência é menos rentável, alternativas: actividade criminosa?

Diálogo Marítimo para África no seu todo

6. Que lacunas na aplicação da lei relativas ao CP estão a ser exploradas pelos criminosos?

- A actividade ilegal nas pescas continua a ser sobretudo vista como sendo “apenas” um problema de gestão das pescas
- Falta de uma “abordagem geral do governo” no que se refere à aplicação da lei às pescas: deslocação dos agentes da lei para o mar/terra
- Falta de cooperação interagências e transfronteiriça/ partilha de informação
- Desafios jurisdicionais: no alto mar (estado-bandeira); águas costeiras (jurisdição extraterritorial?)
- Falta de leis uniformes: inspecções portuárias (PSMA); criminalização do crime das pescas (coimas); requisitos para o registo de veículos (artesanal)
- Falta de transparência na indústria: usufruto
- Identificação das embarcações de pesca (número da IMO (Organização Marítima Internacional) não obrigatório)

Diálogo Marítimo para África no seu todo

7. Foco no CP para as profissões do sector marítimo no próximo ano?

- Crescimento azul, as oportunidades paralelas que isto cria para os criminosos
- Necessidade de aumentar a cooperação interagências (incluindo fechar a lacuna no mar/em terra) para abordar o CP
- Aumento da partilha de informação em torno do CP